

XVII Seminário sobre a Economia Mineira

**A economia de Juiz de Fora, séculos XIX e XX:  
um balanço historiográfico**

Felipe Marinho Duarte  
Universidade Federal de Juiz de Fora  
História Econômica e Demografia Histórica

Diamantina

2016

**A economia de Juiz de Fora, séculos XIX e XX:  
um balanço historiográfico**

Felipe Marinho Duarte<sup>1</sup>

**Resumo:**

Este artigo apresenta uma síntese de parte da produção historiográfica que diz respeito a Juiz de Fora, tendo como ponto de partida a análise de inúmeras referências bibliográficas que fazem menção à história econômica da cidade e região. Como é notoriamente conhecida a existência de uma vasta produção sobre a história local, além de inúmeros fragmentos de História depositados em nossos arquivos e museus, desta maneira, sugerimos uma reflexão sobre determinados pontos que nos ajudam a compor a escrita do passado desta comunidade, bem como revelar alguns dos resultados materiais dos processos sociais, estes que, por sua vez, se projetam o tempo na forma de historiografia.

**Palavra-chave:** História Econômica e Demografia Histórica, Historiografia, Economia Cafeeira, Desenvolvimento Urbano-Industrial.

**Abstract:**

This paper presents a synthesis of part of the historical production with respect to Juiz de Fora, taking as its starting point the analysis of numerous references that mention the economic history of the city and region. As is well known, the existence of a vast published literature about the local history, plus numerous fragments deposited in our history archives and museums. This way, we suggest a reflection on certain points which help us to compose the writing of the past of this community, as well as reveal some of the material results of social processes, these, are projected the time in the form of historiography.

**Keyword:** Economic History and Historical Demography, Historiography, Coffee Economic, Urban-Industrial Development.

---

<sup>1</sup> DUARTE, Felipe Marinho. Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Pesquisador e colaborador do Grupo de Estudo e Pesquisa em História Econômica e História Regional Comparada – GEPECOM. Agência de financiamento: CAPES/CNPQ. Artigo enviado para o XVII Seminário sobre a Economia Mineira, promovido pelo CEDEPLAR e realizado entre 29 de agosto e 03 de setembro de 2016, Diamantina - MG. Contato: fduarte85@hotmail.com

Este artigo consiste numa análise crítica da produção historiográfica sobre Juiz de Fora a partir da sistematização de inúmeras obras que fazem menção à história econômica da cidade e região, sejam elas produzidas por historiadores identificados como “tradicionais liberais”, em sua maioria, ligados ao Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora (1956), ou mesmo por historiadores “acadêmicos”. Dessa forma, o estudo da história da historiografia de Juiz de Fora revela certa unidade sobre o passado da cidade, bem como delimitação de uma nova abordagem, surgida no final da década 1980, que trouxe um novo ponto de vista sobre a história local.

Num segundo momento são elencados os componentes que favoreceram a acumulação de capital em âmbito local. A partir do século XIX, a fronteira do café avançou pela Zona da Mata, dando uma dinâmica própria ao processo de ocupação desse território. Essa região, anteriormente identificada como sertão, em menos de meio século se transformou numa das principais produtoras de café do mundo. Assim, a atividade cafeeira foi, em grande medida, responsável pela integração da região ao comércio mundial e, por isso, analisamos a produção cafeeira da Mata a partir das teorias econômicas que se dedicam ao estudo do desenvolvimento regional. Dessa maneira, Juiz de Fora se tornou o principal centro urbano da Zona da Mata, concentrando, na cidade, os serviços de transporte e comercialização do produto, atividades que deram uma nova dinâmica à economia local.

Por fim a argumentação concentra-se na compreensão da sociedade de mercado em Juiz de Fora, principalmente, dos aspectos relativos ao capital. A intensificação do processo urbano foi responsável pelo desenvolvimento material da cidade e pela organização do ambiente construído. Esse crescimento gerou demandas públicas para o fornecimento de determinados serviços.

### **Apontamentos historiográficos: distinção e unidade.**

Este trabalho se coloca como mais uma contribuição para o entendimento da história da produção historiográfica que diz respeito à Mata mineira e principalmente a Juiz de Fora. Partimos da análise crítica de alguns dos estudos que, notavelmente, ajudaram a esclarecer determinadas questões referentes à percepção da história econômica de tal região de Minas Gerais. Num artigo sobre as tendências historiográficas de Minas Gerais foram apontados inúmeros trabalhos acadêmicos que contemplam a História da capitania durante o período colonial<sup>2</sup>.

Nessa dimensão é possível perceber a tendência de muitos estudos em confiar a primazia da história mineira ao período minerador e preterir os acontecimentos que ocorreram durante o século XIX e, em alguns casos, as posições assumidas sobre determinados aspectos históricos de algumas

---

<sup>2</sup> FURTADO, Júnia. Novas tendências da historiografia sobre Minas Colonial. In: *Anais do Seminário Internacional sobre Historiografia Mineira*. Belo Horizonte: Instituto Amílcar Martins, 2004. pp. 116-162.

regiões de Minas Gerais demonstram um completo desconhecimento acerca das suas especificidades.

A partir do final da década de 1970, haverá revisão profunda do entendimento da trajetória da economia mineira no século XIX, em que se destacam os trabalhos de Alcyr Lenharo (1979), Roberto Borges Martins (1980 e 1982), Robert Slenes (1985), Douglas Cole Libby (1987) e João Fragoso e Manolo Florentino (1993). Em que pese às divergências, e mesmo o caráter polêmico de algumas dessas intervenções, esses textos constroem um novo quadro da economia mineira no século XIX, em que a prostração, a paralisia que quiseram ver como típicas da economia mineira naquele período cedem lugar à afirmação de uma economia diversificada e dinâmica, nos limites da ordem geral da economia brasileira de então “escravista, exportadora, mercantil e dependente”, como mostrou Celso Furtado, no seu grande, pioneiro e esquecido livro, de 1954, *A economia brasileira*.<sup>3</sup>

Na contramão do paradigma estabelecido por alguns historiadores que fizeram e ainda fazem confusão da *História das Minas* com a *História de Minas*, este trabalho é um estudo cujos esforços caminham no sentido da valorização dos processos históricos ocorridos no âmbito regional, ou mesmo local, contestando os falsos e os tropeços cometidos por esta perspectiva que vem se revelando insensível quanto à condição de que Minas são muitas e todas são gerais. Paula<sup>4</sup>, ao analisar as raízes da modernidade em Minas Gerais, destaca alguns estudos que primam pelo entendimento das particularidades regionais, elencando autores e seus respectivos textos que trataram de forma pioneira os processos históricos de cada um desses espaços. Dessa maneira, o autor menciona os seguintes trabalhos: sobre a Zona da Mata – de Manoel Xavier de Vasconcellos Pedrosa – *Zona silenciosa da historiografia mineira - Zona da Mata*, de 1962; sobre o rio Mucuri e o rio Doce – de Frei Jacinto de Palazzolo – *Nas Selvas dos Vales do Mucuri e do rio Doce*, 1973; sobre a colonização no Vale do Mucuri, a obra coletiva publicada pela Fundação João Pinheiro, em 1993 – *A colonização alemã no Vale do Mucuri*; sobre o Vale do rio Doce – de Salm de Almeida – *Rio Doce*, de 1945, e de Ceciliano Abel de Almeida – *O desbravamento das selvas do rio Doce*, de 1959; sobre o Vale do São Francisco – de Geraldo Rocha – *O rio São Francisco*, de 1940, do Pe. Martinho Nantes – *Relação de uma missão no rio São Francisco*, 1979, e de Wilson Lins – *O médio São Francisco*, de 1960, sobre o Norte de Minas, de José Moreira de Souza – *Cidade: Momentos e Processos – Serro e Diamantina na formação do Norte Mineiro no século XIX*, de 1993; sobre o Nordeste de Minas, de Bernardo Mata Machado, *História do Sertão Nordeste de Minas Gerais (1690-1930)*, de 1991; sobre o Triângulo Mineiro, de Eliane Mendonça Marquez de Resende, *Uberaba: uma trajetória Sócio-Econômica (1811-1910)*, de 1991<sup>5</sup>.

---

<sup>3</sup>PAULA, João Antônio. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 62.

<sup>4</sup>PAULA, João Antônio. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Op. Cit. p. 42.

<sup>5</sup>Idem.p. 42.

Wirth, ao refletir sobre a fragmentação territorial de Minas, parte da concepção de um *mosaico mineiro*<sup>6</sup>, que se constituiria a partir de sete regiões (Mata, Triângulo, Centro, Norte, Sul, Leste, Oeste) caracterizadas com base em elementos históricos e geográficos que, combinados, delimitariam suas extensões. Segundo Wirth, o *mosaico mineiro* pode ser definido a partir das relações econômicas e da aproximação cultural entre esses espaços mineiros e as regiões vizinhas, externas a província. De certa maneira, essas partes que compõem Minas Gerais estariam mais ligadas aos estados limítrofes (São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, etc.) do que propriamente à unidade política e administrativa da qual fazem parte.

O Oeste e o sudoeste, o Triângulo e o Sul são extensões lógicas do interior de São Paulo, ao qual o primeiro esteve ligado juridicamente até 1816, e ao qual todos ainda estão ligados econômica e culturalmente. A maior parte do vale do Rio São Francisco geograficamente faz parte do sertão brasileiro, que se alonga além da Bahia e Pernambuco, atingindo o Ceará. De fato, a parte norte de Minas foi administrada a partir de Salvador, Bahia, até 1750; quase todas as suas exportações atravessavam Salvador até o presente século. O Oeste pertencia à fronteira colonial do gado, estendendo-se da Bahia a Goiás. No sudeste, a Zona da Mata gravitava para o porto da cidade do Rio de Janeiro, fazendo parte do interior do Rio de Janeiro, desde o início do “boom” do café em 1830. E, além da fronteira da zona Leste, o pequeno estado do Espírito Santo isolava os mineiros do mar, como era o desejo de Portugal.<sup>7</sup>

No esteio da discussão regional, analisamos de forma mais aprofundada a produção historiográfica existente sobre a Zona da Mata mineira que, em sua essência, destaca e valoriza alguns dos aspectos da região, ou seja, os elementos naturais e humanos que a caracterizam frente às demais partes de Minas Gerais. Todavia, a tarefa de se realizar um estudo sobre a Mata mineira torna-se uma tarefa laboriosa, visto tanto o grande volume de obras quanto a dispersão de informações e fontes em inúmeros arquivos. Sendo assim, dissertamos sobre os trabalhos que primam pelos aspectos econômicos e sociais relacionados à formação histórica da região.

A escrita da história sobre a Mata mineira pode ser dividida em, pelo menos, duas matrizes teórico-explicativas, distintas tanto na forma de apresentação do objeto, quanto na metodologia utilizada nas pesquisas. A primeira está relacionada a uma escrita da história produzida por “historiadores” locais, que se debruçaram em documentos oficiais e, em alguns casos, na própria história oral, realizando uma descrição, por vezes, laudatória do passado das cidades que compõem a região. Essa produção não se preocupa necessariamente com uma organização metodológica própria da ciência histórica, mas com uma apresentação de datas e dados que evidenciem as efemérides e reforçam a memória de determinados mitos e indivíduos.

---

<sup>6</sup> WIRTH, John. *O fiel da balança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 39.

<sup>7</sup> *Idem*. pp. 41-42.

Não obstante, em pelo menos um artigo redigido a quatro mãos, foram realizadas as devidas críticas a essa forma de escrita da história que se aproxima das matrizes teóricas do “positivismo”, apesar de não seguir à risca suas propostas metodológicas<sup>8</sup>. Logo, consideram essa forma de apresentação do passado como uma historiografia *tradicional liberal*, tendo em vista que suas ligações com os grupos dominantes locais acabam colaborando para a construção de uma tradição, em alguns casos, utilizando uma narrativa romanesca, apesar do abundante uso de documentos oficiais. O caráter *liberal* dessa historiografia advém da aceitação das perspectivas *jusnaturalistas* implícitas no pensamento liberal, assim como a anuência de um processo histórico evolutivo que resultaria, entre outras coisas, na naturalização do processo civilizador.

Dessa maneira, muitos desses memorialistas/historiadores<sup>9</sup> antecederam a própria produção acadêmica acerca do passado de Juiz de Fora, assim esses indivíduos ganharam notoriedade local decorrente dos esforços realizados, no sentido de revelar e fortalecer as raízes que sustentam a cidade. Além disso, o Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora (IHGJF), fundado em 1956, tornou-se um importante ponto de convergência para a produção historiográfica tradicional, que muito colaborou para o desenvolvimento dos estudos, que dizem respeito às origens de Juiz de Fora e, por vezes, da região na qual ela se encontra.

Em outros termos, encontramos uma historiografia excessivamente presa a documentos e interpretações oficiais, desprezado, muitas vezes de forma consciente, toda e qualquer participação popular no processo histórico. Apesar de reconhecermos que este tipo de produção historiográfica já vem recebendo duras críticas desde, pelo menos, a década 1960, percebemos, ao mesmo tempo, que essa historiografia vem mantendo-se, especialmente no nível regional da produção historiográfica, com razoável força. Tal fato deve-se ao “uso” pouco crítico que esta *historiografia tradicional* mereceu por parte dos historiadores “profissionais” atuais. Os historiadores *tradicionais* ou foram simplesmente esquecidos, abandonados, e tratados como amadores mais preocupados em catalogar documentos do que em analisá-los ou então utilizados como repositório de fontes que deveriam ser reinterpretadas à luz de novas teorias. Vendo por este ângulo, a historiografia atual deixou de lado o debate historiográfico, fato que levou à cristalização de determinados mitos locais, protagonizando desta maneira uma separação entre os resultados das pesquisas acadêmicas e sua função para mudança da visão que a sociedade faz de si mesma.<sup>10</sup>

---

<sup>8</sup> Este artigo foi publicado na Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada (HEERA), que desde 2006 tem colaborado para o avanço das discussões sobre questões de cunho regional. Atualmente, essa revista (eletrônica) pode ser considerada como o principal instrumento de divulgação da História Econômica da Zona da Mata, embora não restringia seus artigos apenas a este objeto de análise. In: LAMAS, Fernando Gaudereto; SARAIVA, Luiz Fernando. Historiografia tradicional liberal da Zona da Mata: uma análise historiográfica. In: *Revista HEERA*. Juiz de Fora, v. 4, n° 6, 2009.

<sup>9</sup> A opção pela separação dos pesquisadores em gerações deriva das diferentes formas de periodização, argumentação e estruturação dos seus trabalhos. Os mais conhecidos são: Albino Esteves, Paulino de Oliveira, José Procópio Filho, Jair Lessa e Wilson de Lima Bastos.

<sup>10</sup> LAMAS, Fernando Gaudereto; SARAIVA, Luiz Fernando. *Historiografia tradicional liberal da Zona da Mata: uma análise historiográfica*. Op. Cit. pp. 50-70.

A segunda matriz teórico-explicativa trata-se de uma perspectiva apoiada na produção acadêmica, cujos preceitos metodológicos são próprios das Ciências Históricas. Para isso, retomamos nossas reflexões a partir do historiador Manoel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, que se consagrou nos estudos sobre a Zona da Mata mineira quando escreveu um artigo pioneiro para a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais no ano de 1962, intitulado *Zona Silenciosa da Historiografia Mineira – Zona da Mata*<sup>11</sup>. Entre todos os apontamentos realizados pelo autor, destacam-se os aspectos econômicos e sociais que contribuíram para a formação histórica da região, a partir dos quais o autor defende a ideia que a Zona da Mata é uma ruptura com o passado barroco das Minas Gerais e a identifica como sendo filha do século XIX, diferentemente da tradição histórica das Minas.

Esta zona é por vários motivos a que, no processo geral do desenvolvimento social e econômico de Minas Gerais, se processou em último lugar. Ela surge com o século XIX, do qual reflete todas as suas características. O liberalismo, a iniciativa privada, a crença no progresso, o progresso material trazido pela máquina a vapor e pela eletricidade, o ecletismo do estilo arquitetônico e outras manifestações de uma mentalidade com tendência a romper com o estabelecido até o fim da centúria anterior.<sup>12</sup>

Pedrosa<sup>13</sup> discute outras questões acerca da dinâmica de ocupação da Zona da Mata, por exemplo, o processo de transformação da paisagem<sup>14</sup> e, para isso, analisa os relatos de viajantes dentre os quais se destacam: Von Martius e Saint Hilaré<sup>15</sup>, que transitaram pela região e escreveram sobre a imponência da Mata Atlântica, em contraponto, analisam os efeitos devastadores causados pela introdução da cultura cafeeira, que apesar de ser um produto economicamente importante para o desenvolvimento material das cidades da Mata mineira, alterou significativamente a fisionomia regional.

No artigo intitulado *Estudo Regional sobre a Zona da Mata, de Minas Gerais*, escrito por Orlando Valverde e publicado pela Revista Brasileira de Geografia no ano 1958, são evidenciados os aspectos físicos e humanos da região. Nesse estudo, o geógrafo expõe e discute algumas características regionais, tais como: solos, morfologia, clima, povoamento, delimitação física e do espaço natural através das referências geológicas, e paisagem, que particularizam a Zona da Mata frente às demais regiões mineiras. Valverde também se preocupa em apresentar de forma sintética um histórico da ocupação da Mata mineira. Sua argumentação demonstra o papel do Caminho Novo

---

<sup>11</sup> PEDROSA, Manoel Xavier de Vasconcellos. *Zona Silenciosa da Historiografia Mineira - Zona da Mata*. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, v. 9. 1962. pp. 189-230.

<sup>12</sup> *Idem*. p. 189.

<sup>13</sup> *Idem*. pp. 195-201.

<sup>14</sup> Ver em: SANTIAGO, Bárbara da Silva. *Paisagem e fragmentação florestal no município de Juiz de Fora – MG*. 2008. 101 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – UFF, Niterói, 2008.

<sup>15</sup> PEDROSA, Manoel Xavier de Vasconcellos. *Zona Silenciosa da Historiografia Mineira – Zona da Mata*. *Op. Cit.* pp. 194-197.

no processo de regionalização e territorialização<sup>16</sup> da Zona da Mata, ilustrando sua argumentação através de um esboço dos diferentes momentos da “marcha do povoamento” que se intensifica com a fronteira agrícola aberta pelo café.

O autor ainda chama a atenção para o crescimento das atividades comerciais e para a gama de serviços prestados por pessoas e instituições alocadas dentro das cidades. Tais fenômenos podem ser interpretados como consequência do estímulo econômico gerado pelo setor primário. Dessa forma, a própria dinâmica do sistema produtivo foi suficiente para prover aos núcleos urbanos os recursos necessários para se reproduzirem como tal. A priori, essa análise contesta a ideia de que a decadência da produção cafeeira da Zona da Mata teria acarretado a estagnação ou colapso da vida urbana<sup>17</sup>.

Outro estudo realizado sobre a Mata mineira foi escrito por Paulo Mercadante, publicado na década de 1970, denominado *Os Sertões do Leste: estudo de uma Região: a Mata mineira*. Nessa obra, o autor procura aprofundar em algumas questões que dizem respeito ao processo de ocupação das “áreas proibidas”, definição costumeiramente utilizada para designar o *sertão* que viria a se transformar em Zona da Mata<sup>18</sup>. Mercadante apresenta uma história do descobrimento dessa área, para isso, retoma algumas referências sobre as primeiras expedições que partiram do litoral rumo ao Oeste e chegando à Mata mineira. Assim como descrito, a primeira incursão que chegou à região está registrada no diário de Pero Lopes de Souza, sendo realizada no ano de 1531, entretanto, existem algumas controvérsias levantadas por Basílio de Magalhães sobre sua efetividade<sup>19</sup>.

No decorrer da sua obra, Mercadante chama a atenção para a existência de grupos indígenas que habitavam a Mata e entendiam a região como parte de seu território. Estas populações foram paulatinamente conquistadas ou dizimadas durante o processo civilizatório<sup>20</sup>. Além disso, nas proximidades do Rio Pomba, atualmente identificada como a parte central da Zona da Mata, houve um foco de ocupação que data dos anos finais do século XVIII. No entanto, estes componentes foram suficientes para alterar as condições naturais da Mata e tais mudanças são especialmente sensíveis quando analisadas as transformações na “paisagem social”<sup>21</sup>.

---

<sup>16</sup> *Território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder (...) uma vez que o território é essencialmente um instrumento de exercício de poder: quem domina ou influencia.* In: SOUZA, Marcelo José Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cezar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001. pp. 78-79.

<sup>17</sup> VALVERDE, Orlando. O Estudo Regional da Zona da Mata, de Minas Gerais. In: *Revista Brasileira de Geografia*. v. 20, n° 1. 1958. p. 63.

<sup>18</sup> MERCADANTE, Paulo. *Os Sertões do Leste*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p. 15.

<sup>19</sup> *Idem*. p. 15.

<sup>20</sup> *Idem*. pp. 25-30.

<sup>21</sup> *Idem*. p. 120.

No meado do Oitocentos ganha nítido contorno a paisagem social. As aldeias viraram cidades, crescidas com casario e jardins. O café fortaleceu a lavoura, e o trem facilitaria o contato com o progresso litorâneo. Chega a informação pelo telégrafo e correio, atualizando a gente interessada nas coisas.

A cidade conquista o calçamento. Pés-de-moleque cobriram-lhe as ruas estreitas. Seguiram a água encanada e serviço de esgoto. Seu aspecto é diverso, embelezada e limpa.

Aprimoram-se as construções; resiste à poeira o caiado das casas. Os fios de iluminação elétrica elevaram-se, dispuseram-se, ante a surpresa dos matutos, e a linha férrea estendeu-se por diferentes caminhos.<sup>22</sup>

As reflexões propostas por esses autores configuram-se como fundamentais para a estruturação de um modelo analítico sobre a formação histórica e econômica da Mata mineira. A partir dessas perspectivas, torna-se possível estabelecer uma delimitação temporal e espacial dos fenômenos sociais responsáveis pela construção da unidade regional, sem perder de vista algumas características próprias a uma sociedade que está inserida numa conjuntura de transição genericamente definida pelo declínio da tradição e a ascensão da modernidade.

A importância desses textos “clássicos” sobre a economia da Zona da Mata está na proposição de um modelo que permite o entendimento da dinâmica entre a riqueza gerada pela atividade cafeeira e a inversão desses recursos para outros setores da economia local. Contudo, essas reflexões não esgotaram o tema, principalmente por desconsiderarem a natureza periférica do sistema produtivo desenvolvido localmente. Portanto, avançamos no sentido de apresentar outras contribuições que vão além das interpretações produzidas por autores que se dedicaram a estudar as especificidades regionais da Mata mineira<sup>23</sup>.

### **Novos componentes ao debate regional:**

Além disso, podemos considerar que existe outro grupo de estudiosos sobre a Zona da Mata, no qual se destacam nomes como: João Heraldo Lima, Domingos Giroletti e Maria Carlota de Souza Paula, e ao que parece, possuem um ponto de vista externo à Mata, pois suas reflexões, em grande medida, estão apoiadas apenas em fontes oficiais (Provinciais e Nacionais) e que se mostram insuficientes para um entendimento mais detalhado da região ou mesmo da cidade de Juiz de Fora.

Minas Gerais nunca chegou a ocupar o primeiro lugar na produção cafeeira no Brasil. No período em que sua produção apresentou um crescimento bastante vigoroso – décadas – décadas de 1850, 60 e 70 – o ritmo de expansão da produção fluminense era ainda maior. O Rio de Janeiro era, de longe, o primeiro produtor, Minas o segundo,

---

<sup>22</sup>*Idem.* p. 120.

<sup>23</sup> Manuel Xavier Vasconcellos Pedrosa, Orlando Valverde e Paulo Mercadante foram principais nomes que desenvolveram estudos acerca da formação histórica e econômica da Zona da Mata mineira. Entretanto, ressaltamos que pode haver outros autores que foram suprimidos das nossas reflexões em virtude de não conhecermos seus trabalhos.

enquanto São Paulo “corria por fora”, mas se aproximando rapidamente dos ponteiros. A expansão no Rio, como mostrou Stanley Stein, fora tão violenta, promovera uma incorporação e consequente desgaste de terras de tal ordem, que a rápida exaustão da cultura era algo mais ou menos inevitável. Antes do fim do século passado chegava sua decadência; a expansão cessa e a produtividade dos cafeeiros cai vertiginosamente. Em Minas ainda havia espaço e fôlego para o prosseguimento da marcha. Contudo, não com a vitalidade necessária para que a liderança fosse atingida. São Paulo, numa verdadeira “atropelada”, avisa que o primeiro posto dentro em breve será seu.<sup>24</sup>

No livro *Café e Indústria em Minas Gerais (1870-1920)*, Lima apresenta, em linhas gerais, um panorama comparativo entre a expansão da cafeicultura mineira concentrada quase que na sua totalidade na Zona da Mata e aquela que vinha ocorrendo no Oeste Paulista, ambas estimuladas pelos altos preços do café no mercado internacional. Neste primeiro momento, o autor detém suas observações, basicamente, sobre dois elementos fundamentais à produção do café: terra e trabalho, analisando o papel assumido por esses componentes no processo de acumulação e no desenvolvimento capitalista da região<sup>25</sup>.

Quanto às fontes pesquisadas, torna-se necessário destacar a exegese em torno do Relatório Carlos Prates, fato que talvez explique alguns graves erros de interpretação sobre a organização dessa atividade agroexportadora em âmbito local. Dentre suas afirmações, destaca-se aquela em que a produção na Mata teria sido realizada predominantemente em pequenas propriedades, o que naturalmente dificultaria a formação de um capital de grande envergadura. Tal hipótese foi refutada por trabalhos mais recentes<sup>26</sup>, que através de fontes locais, invalidaram empiricamente essa asserção. Não obstante, o autor aponta que na Mata houve uma relativa abundância de mão de obra durante o período escravista, mas a falta de dinamismo dessa economia teria colocado obstáculos à transição do regime de trabalho, especialmente no que se refere à escassez monetária da região que teria inviabilizado não somente o assalariamento dos trabalhadores, mas também a própria imigração. Ao comparar o preço da mão de obra na Mata e no Oeste Paulista, o autor demonstra a existência de dois mercados de trabalho, devido à diferença dos salários pagos pelo trabalho.

Sobre a questão da transição da mão de obra, existem outras pesquisas que se detiveram com mais afinco ao tema, apoiadas em fontes locais como inventários *post-mortem* que apresentam de forma mais detalhada o processo de transição da mão de obra na região<sup>27</sup>. Contudo, para Lima, a forma sobre a qual se organizou o ciclo produtivo cafeeiro da Zona da Mata teria gerado um baixo nível de rentabilidade. Além disso, a Mata era dependente da infraestrutura de comercialização do café instalada no Rio de Janeiro, e dessa maneira, o pouco lucro auferido com sua venda do produto

---

<sup>24</sup> LIMA, João Heraldo. *Café e Indústria em Minas Gerais (1870/1920)*. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 16.

<sup>25</sup> *Idem*. pp. 13-14.

<sup>26</sup> ANDRADE, Rômulo Garcia. Escravidão e cafeicultura em Minas Gerais: o caso da Zona da Mata. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH / Marco Zero, v. 11, nº 22, (março/agosto), 1991. pp. 93-131.

<sup>27</sup> Ver em: LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A transformação do trabalho livre: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata (1870/1920)*. 1988. 276 f. Dissertação (Mestrado em História) – UNICAMP, Campinas, 1988. SARAIVA, Luiz Fernando. *Um correr de casas, antiga senzala (1870/1900)*. 2001. 203 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói, 2001.

era compulsoriamente transferido para a Praça carioca, inviabilizando o processo de acumulação e a formação de poupança, impossibilitando a inversão de investimentos para os setores urbanos e industriais da economia local.

No processo de industrialização de Juiz de Fora, a generalização da economia mercantil se deveu ao desenvolvimento do setor de mercado externo – produção e exportação de café – na Zona da Mata. A ele também se atribui o desenvolvimento do setor de mercado interno, dos transportes, das cidades e a formação dos capitais que iriam financiar o surto industrial local. Porém, isso não será suficiente para explicar por que o processo se desencadeia e se dá mais intensamente em Juiz de Fora e não em outra cidade da região. A maior acumulação e concentração de capital ocorreu naquele núcleo urbano devido à formação de um entreposto comercial de exportação e importação a partir da abertura da Rodovia União e Indústria. A inauguração da Ferrovia D. Pedro II, em 1875, e posterior abertura ou entroncamento de outras ferrovias (Leopoldina, Juiz de Fora e Lima Duarte) vieram reiterar até certo período sua função de polarização econômica regional.<sup>28</sup>

No livro intitulado *Industrialização de Juiz de Fora*, Giroletti parte da ideia de que a Estrada de Rodagem União Indústria teria sido responsável por dinamizar o mercado interno, sendo essa obra de infraestrutura o estímulo necessário para o crescimento dos setores de prestação de serviços, especialmente no que tange às funções de exportação e importação de produtos para a região<sup>29</sup>. Nesse sentido, a estrada teria contribuído para o desenvolvimento urbano de Juiz de Fora, pois permitiu que a cidade reforçasse sua condição de entreposto comercial no âmbito da Zona da Mata.

A mão de obra imigrante foi amplamente utilizada no processo de construção da Estrada de Rodagem União e Indústria. Após o fim das obras, esse capital humano foi sendo realocado em outros setores da economia, contribuindo significativamente para o desenvolvimento industrial da cidade, pois esses indivíduos dominavam técnicas de produção, que possibilitaram o surgimento de fábricas (cervejarias, curtumes, olarias, etc.). Certamente, não foi apenas o domínio técnico que incitou a industrialização local, outros fatores também devem ser considerados, tais como: disponibilidade de energia, que nesse caso era elétrica (a partir de 1889); formação de poupança no interior da economia da Zona da Mata, importante para o financiamento das unidades produtivas; o movimento de modernização produtiva, que se desdobra no surgimento das indústrias locais. Todos esses elementos reunidos colaboram para o processo de substituição de importação incitado pelo aumento da demanda de determinados bens de consumo. Giroletti reitera a condição periférica da indústria de Juiz de Fora, ressaltando todas as suas limitações de crescimento devido à dependência externa (da Praça do Rio de Janeiro), assim como as dificuldades postas ao processo de acumulação

---

<sup>28</sup> GIROLETTI, Domingos. *Industrialização de Juiz de Fora (1850/1930)*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1988. p.113.

<sup>29</sup> *Idem*.

de capital criadas, em grande medida, pela dependência dos fazendeiros de café com as casas comissárias, descapitalizando a economia local.

Aqui reside uma das diferenças fundamentais entre as condições de desenvolvimento de São Paulo e de Juiz de Fora. É na capital paulista que se concentra a maior parte do excedente proveniente, quer do comércio de importação, quer da produção, financiamento e exportação do café. Com relação a Juiz de Fora, somente uma pequena parcela deste excedente permanecia na cidade. A maior parte favorecia o crescimento da cidade do Rio de Janeiro. Dentro deste esquema, Juiz de Fora não passava de um entreposto comercial de segunda grandeza.<sup>30</sup>

Em sua dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal de Minas Gerais, em 1976, *As vicissitudes da industrialização periférica: o caso de Juiz de Fora (1930/1970)*, Paula apresenta uma interpretação histórica e econômica que diz respeito ao processo de interiorização da indústria num país que ocupava uma posição periférica no sistema mundial capitalista<sup>31</sup>. A relevância desse tema para a historiografia pode ser mensurada a partir de discussões realizadas pela CEPAL e também por pesquisadores de outras instituições<sup>32</sup>.

Nesse estudo, Paula busca dimensionar historicamente os fatores que possibilitaram o desenvolvimento industrial local, e para isso, a autora destaca a infraestrutura urbana existente em Juiz de Fora, especialmente aquela direcionada à produção, ou seja, o fornecimento de energia elétrica, transportes, comunicação (serviços telegráficos e telefônicos), abastecimento de água e recolhimento do esgoto das unidades fabris<sup>33</sup>. Além disso, traça um panorama da política econômica do Estado de Minas Gerais, apresentando uma hipótese sobre a falta de representação política como fator do declínio industrial de Juiz de Fora<sup>34</sup>.

Ainda é possível perceber que este trabalho busca apresentar uma explicação para a estagnação do processo de crescimento industrial de Juiz de Fora, especialmente a partir da década de 1930. Entretanto, estudos mais recentes foram capazes de demonstrar que esse objetivo é um falso problema, pois através de pesquisas mais aprofundadas nos arquivos de Juiz de Fora, foi possível constatar, empiricamente, alguns equívocos existentes na argumentação central desenvolvida por Paula<sup>35</sup>.

---

<sup>30</sup>*Idem.* p. 119.

<sup>31</sup>PAULA, Maria Carlota de Souza. *As vicissitudes da industrialização periférica (1930/1970)*. 1976. 193 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFMG, Belo Horizonte, 1976.

<sup>32</sup> Ver em: MELLO, João Manuel Cardoso. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

<sup>33</sup>PAULA, Maria Carlota de Souza. *As vicissitudes da industrialização periférica (1930/1970)*. *Op. Cit.* pp. 112-135.

<sup>34</sup>*Idem.* 135-147.

<sup>35</sup> Ver em: PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso. ... *E do Caminho Novo das Minas dos Matos Gerais emerge a “Manchester Mineira” que se transformou num “baú de ossos”*: História de Juiz de Fora: da vanguarda de Minas Gerais à “industrialização periférica”. 2006. 426 f. Tese (Doutorado em Economia) – UNICAMP – Campinas, 2006.

Mesmo com alguns erros analíticos pontuais, podemos afirmar que esses autores<sup>36</sup> contribuíram de forma significativa para o avanço do conhecimento sobre a Zona da Mata em muitos aspectos, principalmente no que se refere ao seu processo de modernização, ou seja, no entendimento das transformações que conduziram essa sociedade agrária para o desenvolvimento urbano-industrial.

Mas, além destes pontos em comum, os historiadores da “decadência” da economia cafeeira em Minas, entre mineiros e paulistas, convergiam em outro aspecto não menos revelador: sua visão era, necessariamente, *externa* àquela da própria região (originadas seja nos centros de pós-graduação em São Paulo ou das inúmeras contribuições de economistas e historiadores da UFMG quando se debruçaram sobre a Zona da Mata) e, talvez, por isso mesmo, subestimaram importantes trabalhos locais, seguramente por sua natureza tradicional e positivista, mas em vários pontos contraditórias com as afirmações realizadas e, em especial, as fontes em que se baseavam, invariavelmente de natureza oficial, excessivamente genéricas e muitas vezes insatisfatórias (para não dizer contraditórias) em relação a vários dos argumentos levantados.<sup>37</sup>

Ainda na tentativa de mapear as contribuições para a composição da historiografia da Zona da Mata, nota-se uma transformação na forma de abordagem deste objeto por um grupo de autores cujos estudos assumiram uma nova perspectiva<sup>38</sup>. Dessa forma, esses trabalhos se apoiam na ampla utilização de documentos referentes à História de Juiz de Fora, quais sejam: inventários *post-mortem*; jornais; falência de empresas; processos jurídicos; balanço de bancos; atas e resoluções da Câmara Municipal; Código de Postura; entre outras fontes de caráter local/regional<sup>39</sup>. Contudo, o aproveitamento desse material (inédito) causou uma reviravolta no conhecimento histórico produzido até então, pois possibilitou o aprofundamento em algumas questões, evitando as generalizações encontradas nas interpretações anteriores.

Esse terceiro grupo de historiadores contribuiu de forma singular à historiografia de Juiz de Fora e aos estudos regionais. Em nossa percepção, o critério de distinção desses autores frente às gerações anteriores é a internalização do ponto de vista sobre a região e o local. Sendo assim, a formação histórica da Zona da Mata, especialmente no que tange a Juiz de Fora, começou a ser

---

<sup>36</sup> João Heraldo Lima, Domingos Giroletti e Maria Carlota de Souza Paula são os principais nomes de uma interpretação sobre a Zona da Mata, que têm como característica um ponto de vista externo à região, bem como o pouco aproveitamento das fontes históricas produzidas por indivíduos e instituições alocados em Juiz de Fora e região.

<sup>37</sup> PIRES, Anderson; DUARTE, Felipe Marinho. Economia agrária e fronteira do café em Minas Gerais. In: *Anais do III Congresso Internacional UFES/Université de Paris-Est/Universidade do Ninho: territórios, poderes, identidades* (Territoires, pouvoirs, identités). Vitória: GM Editora, 2011. pp. 7-8.

<sup>38</sup> Autores que trabalham (ou trabalharam) como docentes na Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, onde puderam desenvolver inúmeros projetos de pesquisas, fundaram um Núcleo de História Regional (NHR) e pelos menos duas revistas (Locus e REHB).

<sup>39</sup> Nesse sentido, devemos dar os devidos créditos ao trabalho desempenhado pelo professor Galba Ribeiro diMambro, que esteve à frente do Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora, sobre sua supervisão, que muitos documentos passaram pelo processo de limpeza e catalogação, para posteriormente serem disponibilizados como fontes para muitos trabalhos que tocam a temática de Juiz de Fora. Ver em: MAMBRO, Galba Ribeiro. Arquivo Histórico da UFJF. In: *Revista LOCUS*. Juiz de Fora: EDUFJF, v. 2, n° 1, 1996. pp. 43-50.

pensada a partir dela própria, significando uma clara ruptura com as formas de interpretações produzidas nas capitais.

O pensador mexicano Leopoldo Zea advertia, certa feita, que uma das heranças nefastas da não percepção de Hegel na cultura latino-americana é sua incapacidade de criar uma tradição cultural. Como devir cultural no continente se faz através de rupturas bruscas, sem um conveniente diálogo com as produções anteriores, *sem superação*, há um afã incontrolado pela perspectiva do novo, que boa parte das vezes, novo não é, trata-se ou de mero mimetismo cultural, ou reedição de velhas temáticas e abordagens que não se beneficiam do contato com produções passadas, por se inebriarem com a contemplação de sua suposta novidade. Este padrão comum à elaboração das ciências humanas por estas paragens atinge, também, a definição dos temas que são tratados como relevantes em nossa produção historiográfica. É espantosa a pequena presença de objetos como empresariado, militares, intelectuais, o esvaziamento da história econômica e da referência às estruturas sociais mais amplas na produção historiográfica brasileira recente, em contraste com a multiplicação de estudos que recusam a dimensão macro-explicativa e instauram novos objetos.<sup>40</sup>

Dessa maneira, veremos consolidar uma geração de pesquisadores que se caracterizou por apreender de modo científico o passado da cidade, explorando a imensa variedade de assuntos através das muitas possibilidades metodológicas, os quais conseguiram avançar de forma significativa no conhecimento sobre a História regional/local, preenchendo muitas das lacunas existentes<sup>41</sup>. Nesse sentido, foram desenvolvidas inúmeras pesquisas abordando diversos temas, tais como: a florescência da modernidade em Juiz de Fora; modernização das instituições (sociais, políticas e econômicas); fenômeno urbano-industrial; transição de mão de obra; políticas públicas; consolidação do capitalismo; formação da sociedade de mercado, etc.

### **Consolidação de um ponto de vista:**

Desse modo, o trabalho escrito por Silvia Maria Belfort Vilela de Andrade, *A classe operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1924)* se coloca como uma obra seminal, podendo ser entendido como o ponto de inflexão dos estudos sobre a região. Fundamentada empiricamente numa gama de fontes locais, tais como: Resoluções da Câmara Municipal; documentação de inúmeras indústrias instaladas na cidade; processos trabalhistas; jornais que circulavam no município; folhetins operários; além das fontes já exploradas em outros trabalhos anteriores, a autora realiza uma lúcida reflexão sobre a formação da classe operária e do empresariado de Juiz de Fora.

---

<sup>40</sup> DELGADO, Ignácio Godinho. Resenha – A “Europa dos Pobres” a belle époque mineira. In: *Revista LOCUS*. Juiz de Fora: v. 1, nº 1, 1995. p. 153.

<sup>41</sup> Os principais pesquisadores que compõem este grupo: Silvia Maria Belfort Vilela de Andrade, Maraliz de Castro Vieira Christo, Sônia Regina Miranda, Mônica Ribeiro de Oliveira; Anderson Pires, Vanda Arantes do Vale, Cláudia Maria Ribeiro Viscardi, Ignácio Godinho Delgado; Marcos Olender, Galba Ribeiro diMambro.

Essa nova abordagem forneceu instrumentos para que a autora tecesse suas observações sobre a bibliografia vigente. Entre essas críticas destacam-se as observações feitas sobre o trabalho de Lima, não só por manter uma visão reducionista sobre os efeitos da cafeicultura na diversificação da economia local, mas principalmente por não ter notado a estreita relação financeira do café com a indústria<sup>42</sup>. Quanto ao trabalho de Giroletti, suas avaliações são conduzidas mais ou menos na mesma linha, uma vez que o autor defende a hipótese que a industrialização da cidade tem uma relação direta com a criação da Estrada de Rodagem União Indústria, desprezando a importância do capital cafeeiro<sup>43</sup>. Não obstante, a autora concorda com Giroletti em alguns pontos, por exemplo, a importância da utilização da energia elétrica nas unidades fabris, elemento “moderno” que caracteriza a produção industrial de Juiz de Fora, assim como o elevado número de operários no município, o que demonstra a pujança desse setor se comparado ao de outros centros urbanos do país.

A organização do Núcleo de História Regional (NHR) da Universidade Federal de Juiz de Fora somou esforços no sentido de criar uma revista que serviria à divulgação do conhecimento científico, preenchendo as lacunas existentes sobre determinados temas na História. Em sua edição inaugural, a Revista *Locus* foi apresentada pela professora Maria Yedda Linhares, como uma revista de História Regional que trazia à tona “o avanço qualitativo e quantitativo da pesquisa histórica a nível local/municipal no Brasil, a partir do final da década dos anos Setenta”. Além disso, a revista representava um importante esforço no sentido da descentralização do conhecimento histórico, em geral, produzido pelas instituições fixadas nas capitais, permitindo o aprofundamento de questões referentes à História vinculada ao meio rural e às raízes agrárias do país<sup>44</sup>.

Inicialmente a Revista *Locus* foi organizada por professores e pesquisadores da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, vinculados ao Núcleo de História Regional. Sendo assim, colaboraram diretamente para a consolidação da revista, inicialmente escrevendo os artigos que foram veiculados nos primeiros números. Nesse sentido, podemos perceber a variedade de correntes teóricas e escolas historiográficas utilizadas por esses pesquisadores<sup>45</sup>. Embora existam outros autores que poderiam ser enquadrados nesse núcleo, nos concentramos, principalmente, em apontar os nomes de pesquisadores que compunham ou vieram a compor o quadro de docentes na Universidade Federal de Juiz de Fora, especialmente por acreditarmos que suas contribuições se

---

<sup>42</sup> ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela. *Classe operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912/1924)*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1987. p. 20.

<sup>43</sup> *Idem*. p. 21.

<sup>44</sup> LINHARES, Maria Yedda. *Apresentação*. In: *Revista LOCUS*. Juiz de Fora: v. 1, n° 1, 1995. p. 7.

<sup>45</sup> O primeiro número da Revista *Locus* contou com os seguintes artigos: Mônica Ribeiro de Oliveira – *Mercado interno e agroexportação*; Anderson Pires – *A emergência do sistema financeiro*; Cláudia Maria Ribeiro Viscardi – *A força pública em Minas Gerais*; Maraliz de Castro Vieira Christo – *Algumas observações sobre pintura em óleo em áreas cafeeiras*; Vanda Arantes do Vale – *A arquitetura latino-americana da industrialização: Juiz de Fora*; Ignácio Godinho Delgado – *A independência econômica de Minas Gerais: imagens do discurso do empresariado mineiro nos anos 40 e 50*; Maria Tarcila Ferreira Guedes – *O SPHAM e o Grande-Hotel de Ouro Preto*; Alexander Mansur Barata – *Os maçons e o movimento republicano*; Marcos Olender – *Arquitetura, História e Vida*.

fazem mais sensíveis ao avanço científico, seja através da produção acadêmica, da organização de revistas e grupos de pesquisa/estudo, ou mesmo da atividade docente.

Ainda no que se refere à composição desse núcleo, destacamos alguns autores que colocaram Juiz de Fora, e conseqüentemente a região, como tema de suas pesquisas de pós-graduação, abordando os mais diversos assuntos sobre a cidade, entre os quais se destacam: sobre patrimônio histórico de Juiz de Fora – Luiz Alberto do Prado Passaglia – s /d; sobre política urbana e mercado imobiliário – Sônia Regina Miranda – *Cidade, capital e poder*, de 1990; sobre políticas públicas e participação popular – Cláudia Maria Ribeiro Viscardi – *Diferentes atores em papéis diversos*, de 1990; sobre produção cafeeira e escravidão – Rômulo Garcia de Andrade – *Escravidão e Cafeicultura em Minas Gerais: o caso da Zona da Mata*, de 1991; sobre imigrantes e industrialização – Luiz Antônio Vale Arantes – *As origens da burguesia industrial em Juiz de Fora - (1858/1912)*, de 1991; sobre cafeicultura e sistema financeiro – Anderson Pires – *Capital agrário, investimentos e crise na cafeicultura*, de 1993; sobre *belle époque* e instrução pública – Maraliz de Castro Viera Christo – *A Europa dos Pobres*, de 1994; sobre sistema de transporte e ferrovia – Peter L. Blasenheim – *Railroads in nineteenth-century Minas Gerais*, de 1994; sobre urbanismo e arquitetura – Vanda Arantes do Vale – *Arquitetura da industrialização de Juiz de Fora (1870/1930)*, de 1996; sobre políticas urbanas e identidade – James Willian Goodwin Jr. – *Princeza de Minas*, de 1996; sobre empresariado e política econômica – Ignácio Godinho Delgado – *A estratégia de um revés*, de 1997; sobre cafeicultura e mercado interno – Sônia Maria de Souza – *Além dos cafezais*, de 1998; sobre cafeicultura e mercado de terra – Mônica Ribeiro de Oliveira – *Negócios de famílias*, 1999. Além de outros inúmeros trabalhos produzidos no início do século XXI, onde se destacam também as produções dos historiadores Antônio Henrique Duarte Lacerda e Elione Silva Guimarães.

Outra importante contribuição para organização e sistematização da produção científica sobre a cidade de Juiz de Fora foi o projeto “*Bibliografia sobre a História de Juiz de Fora*”<sup>46</sup> que, em três edições, conseguiu realizar um significativo levantamento bibliográfico do material produzido que diz respeito à História da cidade de Juiz de Fora. Contudo, foram identificados mais de 500 livros que tratam da cidade de alguma forma, contando pelos menos 19 teses de doutorados e mais de 110 dissertações de mestrados (defendidas em muitas instituições de ensino e nos mais diversos campos de conhecimento – História, Geografia, Educação, Ciências Sociais, Ciências da Religião, Economia, Literatura, entre outros), além de inúmeros capítulos de livros, artigos,

---

<sup>46</sup>O projeto apoiado pelo Departamento de História da UFJF e o Núcleo de História Regional (que não se encontra mais em atividade). A última atualização foi realizada em 2007, sob a coordenação dos professores Maraliz de Castro Viera Christo e Galba Ribeiro diMambro Ver em: <<http://www.ufjf.br/bibliofj>>. Acesso em: 09 jul. 2015.

documentos publicados, monografias de cursos de especialização, monografias de iniciação científica e trabalhos em anais<sup>47</sup>.

Ao que tudo indica, essa produção acadêmica referente à cidade tende a aumentar de forma significativa, haja vista a abertura do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, em atividade desde a abertura do mestrado em 2004 e com o doutorado, cuja primeira turma ingressou no ano de 2011. Sem dúvida, a criação do Programa de Pós-Graduação em História da UFJF é um importante fator a ser considerado, uma vez que auxilia no desenvolvimento de pesquisas de natureza local/regional devido o suporte material e instrumentos metodológicos dados aos estudantes que se dedicam em avançar no tema.

A interiorização dos centros de pós-graduação no país tem provocado, como era de se esperar, inúmeros efeitos positivos sobre a organização e disponibilização das fontes em várias cidades do interior e, em muitos casos, tem ocorrido uma verdadeira reviravolta nos estudos regionais com o surgimento de novos temas, a completa mudança de perspectiva e importância de determinadas regiões e cidades e, muitas vezes, o abalo de antigas interpretações já consolidadas.<sup>48</sup>

Consciente ou inconsciente, a escrita da História sobre Juiz de Fora, ao longo do tempo, colaborou para consolidar um ponto de vista próprio, pautado em alguns elementos circunstanciais que permitiram expressar formalmente uma relativa unidade quanto ao passado da cidade, que se desdobra na invenção de uma tradição. Em que pese o volume dessa produção, assim como os debates sobre determinados aspectos, sobressai a coerência dos argumentos que, invariavelmente, provém de uma cuidadosa demonstração empírica. Por tudo isso, ousamos dizer que estes e outros componentes foram responsáveis por consolidar uma historiografia específica, limitada a este pequeno universo construído socialmente.

Ao delimitar parcialmente o conjunto dos trabalhos que compõem a historiografia sobre Juiz de Fora, algumas lacunas se tornam evidentes, fato que cria possibilidades para novos estudos revelando cada vez mais o passado da cidade/região. Dessa maneira, algumas questões referentes à administração pública da cidade foram aprofundadas, mas especificamente no que se refere à emissão de títulos da dívida pública municipal, cujos registros começaram a aparecer a partir de 11 de junho de 1863<sup>49</sup>.

A análise das subscrições de títulos da dívida pública municipal é um assunto, em geral, pouco explorado pela historiografia, são poucas as referências sobre essas emissões extraordinárias. Em *História de Juiz de Fora*, Oliveira se concentra nos empréstimos públicos, realizados na década de 1890, que serviram para o financiamento das obras referentes ao Plano Howyan, considerado o

---

<sup>47</sup> Disponível em: <<http://www.ufjf.br/bibliojf/publicacoes/>> Acesso em: 09 jul. 2015.

<sup>48</sup> PIRES, Anderson; DUARTE, Felipe Marinho. *Economia agrária e fronteira do café em Minas Gerais*. Op. Cit. p. 3.

<sup>49</sup> Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora. Fundo: Câmara Municipal - Império. Série: 77 Caixa: 17.

primeiro Plano Diretor da cidade<sup>50</sup>. Miranda, em sua dissertação *Cidade, Capital e Poder*, também chama a atenção para esse mecanismo financeiro<sup>51</sup>. Contudo, as informações contidas nos referidos trabalhos serão mais bem desenvolvidas no decorrer do terceiro capítulo, onde serão relacionadas as emissões desses ativos financeiros com o mercado de capital existente em Juiz de Fora.

Em seu trabalho de mestrado *Capital agrário, investimentos e crise na cafeicultura de Juiz de Fora (1870/1930)*<sup>52</sup>, Pires se dedicou a estudar a estrutura agroexportadora da Zona da Mata, entendendo-a com base nas noções que determinam um complexo cafeeiro, perspectiva desenvolvida por Cano<sup>53</sup>. Entretanto, Anderson Pires questiona veementemente algumas interpretações equivocadas sobre as *condições objetivas* da produção cafeeira de Minas Gerais. Contrariando parte da historiografia, afirma que a introdução da rubiácea na Zona da Mata mineira foi realizada, fundamentalmente, em grandes propriedades, cuja dinâmica permitiu que uma significativa parcela do excedente fosse retida nas unidades produtivas, possibilitando organização endógena de um circuito financeiro. Nesse sentido, a retenção dos recursos financeiros permitiu a formação de poupanças locais que encontraram, no universo urbano, oportunidades de investimentos.

(...) estamos diante de um dos pressupostos mais elementares para o surgimento do que pode ser considerado um “*mercado financeiro*”: a existência, em um mesmo espaço econômico, de unidades ou agentes superavitários e unidades e agentes deficitários, em torno dos quais vão se efetivar os fluxos de recursos de empréstimos. Além do mais, deve ser lembrado que muitas vezes tais situações ocorrem entre agentes com níveis próximos de *conhecimento pessoal, relações de amizade e parentesco*.<sup>54</sup>

Por tudo isso, o que se apresenta é um sistema financeiro que assume uma dinâmica coerente ao complexo cafeeiro em que está inserido, também resultado dos efeitos multiplicadores perceptíveis nos vários setores da economia<sup>55</sup>. Tomando esse sistema financeiro como referência analítica, Croce<sup>56</sup>, em seu trabalho de mestrado *O encilhamento e a economia de Juiz de Fora*, observou a dinâmica dos mercados de capitais na cidade durante a última década do século XIX, bem como os desdobramentos dessa crise no âmbito local, se detendo, principalmente, aos seus efeitos nas instituições bancárias localizadas na cidade. Ainda no sentido de consolidar a ideia de um sistema financeiro em Juiz de Fora composto por vários mercados de capitais (financeiro,

---

<sup>50</sup> OLIVEIRA, Paulino. *História de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria, 1966.

<sup>51</sup> MIRANDA, Sônia Regina. *Cidade, capital e poder: políticas públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira*. 1990. 321 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFF – Niterói, 1990.

<sup>52</sup> PIRES, Anderson. *Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora (1870/1930)*. 1993. 140 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói, 1993.

<sup>53</sup> CANO, Wilson. Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras (1850/1930). In: *Estudos Econômicos*. São Paulo. v. 15, nº 2, (maio/ago), 1985. pp. 291-306.

<sup>54</sup> PIRES, Anderson. *Café, Finanças e Indústria: Juiz de Fora (1889/1930)*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2009. pp. 198-199.

<sup>55</sup> *Idem*. pp. 38-48.

<sup>56</sup> CROCE, Marcus Antônio. *O encilhamento e a economia de Juiz de Fora: o balanço de uma conjuntura (1888/1898)*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2008.

hipotecário, crédito, etc.), Almico<sup>57</sup> argumenta sobre algumas questões referentes à formalização e institucionalização das práticas financeiras na cidade, e para isso, fundamenta-se no aparato legal contido no Código Comercial Brasileiro.

A coerência dos argumentos apresentados nos diversos trabalhos produzidos por essa nova historiografia delineou um sistema financeiro a partir das suas características regionais, além de demonstrar a relação entre produção cafeeira e diversificação da economia local. O desenvolvimento urbano de Juiz de Fora criou oportunidades de investimentos em imóveis, ações, debêntures, títulos públicos municipais, etc. Nesse sentido, o trabalho de mestrado *Fortunas em movimento*, escrito por Almico, investigou a constituição dos *portfólios* de determinados grupos de indivíduos, permitindo-nos compreender parcialmente a vida econômica das classes mais abastadas.

(...) vimos como a economia da cidade vinha se urbanizando crescentemente, estando os agentes associados aos setores urbano-industrial com uma parcela cada vez maior no montante geral da riqueza gerada no município. Também os próprios fazendeiros estavam, em muitos casos, acompanhando este processo e suas riquezas individuais vinham se associando nitidamente ao movimento de urbanização e industrialização que o município sofria. Muitos deles estavam se desvincilhando da economia rural e se vinculando nitidamente a atividades que tinham no seio do setor urbano seu ponto de referência fundamental. Vários se transformavam em grandes proprietários de imóveis urbanos, ativos financeiros locais (inclusive títulos de débito como hipotecas, notas promissórias, debêntures, etc.), “capitalistas” de uma maneira geral e, em menor escala, industriais e comerciantes<sup>58</sup>.

Embora a cidade tenha sido observada sobre diversos ângulos, os títulos da dívida pública de Juiz de Fora ainda não tiveram um estudo específico. Em que pese os inúmeros interesses políticos inerentes a esses lançamentos promovidos pela Câmara Municipal, a grande quantidade de investidores e os valores mobilizados, a inversão do capital realizado para obras públicas, bem como, seu papel no mercado local, são alguns elementos merecedores de uma análise mais refinada. Mais adiante, será detalhado como o crédito público foi responsável por adiantar os recursos financeiros necessários à realização de melhorias materiais para a cidade.

Sobre as questões inerentes ao crescimento urbano de Juiz de Fora, Miranda<sup>59</sup> destaca as dimensões da economia e dos investimentos citadinos, analisando a organização dos principais serviços públicos (transporte, fornecimento de água, energia, telefone, telégrafo, limpeza urbana, captação de esgoto, calçamento de ruas etc.) e a conseqüente especulação imobiliária que acompanha o crescimento da cidade. Nesse sentido, a necessidade social por tais serviços públicos

---

<sup>57</sup> ALMICO, Rita de Cássia da Silva. *Dívida e obrigações: as relações de crédito em Minas Gerais, séculos XIX/XX*. 2009. 297 f. Tese (Doutorado em História) – UFF – Niterói, 2009.

<sup>58</sup> PIRES, Anderson. *Café, finanças e indústria*. Op. Cit. p. 258.

<sup>59</sup> MIRANDA, Sônia Regina. *Cidade, capital e poder*. Op. Cit.

conduzirá a organização de instituições, públicas e privadas, que irão elaborar e custear a implementação da infraestrutura necessária para suprir essas demandas sociais.

Dessa forma, a saúde pública se colocou como um objeto de discussão política no processo de desenvolvimento urbano. Invariavelmente, as medidas adotadas para sua promoção implicavam em custos aos cofres públicos, já que era a Câmara Municipal a instituição responsável por tornar o ambiente citadino mais salubre à população. No que diz respeito à saúde pública em Juiz de Fora, Lana<sup>60</sup>, em sua dissertação de mestrado intitulada *Uma associação científica no “interior das Gerais”*, demonstra a importância da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora, fundada em 20 de outubro de 1889, na promoção de discussões e formulações de propostas sanitárias para o município. Barroso<sup>61</sup>, em seu trabalho de mestrado defendido na Universidade Federal de Juiz de Fora, discute alguns pontos importantes acerca da saúde pública local, contemporizando as medidas sanitárias ocorridas na cidade em relação àquelas que vinham sendo empreendidas no Brasil durante os primeiros anos da república. Dessa maneira, ambos os trabalhos discutem o projeto modernizador promovido pela Câmara Municipal com o auxílio científico da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora.

Vale<sup>62</sup> encontra na literatura produzida por escritores juiz-foranos, especialmente no memorialista Pedro Nava, componentes que auxiliam o entendimento do passado da cidade. Através das percepções de Nava sobre seu tempo e espaço, a autora se dedica ao estudo da história da medicina, visto as relações pessoais que o médico José Nava (pai do escritor) manteve ao longo de sua vida, bem como sua atuação em favor da saúde pública do município.

Meu Pai foi Diretor da Higiene Municipal em Juiz de Fora, nos períodos de administração dos Drs. João d'Ávila e Duarte de Abreu: princípios de 1903 até dezembro de 1907. Coube-lhe, nesse cargo, apoiar e fiscalizar as feiras rurais que se realizavam nos arredores da cidade e socorrê-la durante o verdadeiro flagelo que foram as enchentes de 1906. O Paraibuna furioso invadiu a parte baixa da zona urbana, transformando numa espécie de Veneza, em que se andava de barco quase até a Rua de Santo Antônio. As fotografias da época mostram as belas perspectivas do Largo do Riachuelo e da Rua Direita – transformados em Grande Canal. Infelizmente houve desabrigo, fome, falta de gêneros, doenças. Tudo foi atendido por meu Pai, como Diretor de Higiene, e por minha Mãe que correu as ruas para angariar donativos, transformou sua casa em armazém ali recebia, desde de manhã, a extensa fila de necessitados a quem distribuía os alimentos, as roupas e os agasalhos que recebera das famílias e do comércio. Mas o principal serviço prestado por meu Pai a Juiz de Fora foi ter erradicado dali a febre-amarela, introduzindo as medidas preconizadas pela Teoria

---

<sup>60</sup> LANA, Vanessa. *Uma associação científica no “interior das Gerais”*: a Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora – SMCJF – (1889-1908). 2006. 110 f. Dissertação (Mestrado em História) – FIOCRUZ – Rio de Janeiro, 2006.

<sup>61</sup> BARROSO, Elaine Aparecida Laier. *Modernização e Higienismo*. 2008. 224 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFJF – Juiz de Fora, 2008.

<sup>62</sup> Ver em: VALE, Vanda Arantes. Organização da medicina científica em Juiz de Fora – Baú de Ossos. In: *Anais do XIII Encontro Regional de História – ANPUH-MG*. Juiz de Fora: Clío Edições, 2002.

Havanesa, como ele próprio disse em correspondência enviada ao *Brasil-Médico*, a 14 de abril de 1903.<sup>63</sup>

Além disso, Vale<sup>64</sup> possui textos sobre as características arquitetônicas de Juiz de Fora, identificadas como resultado de um processo urbano-industrial relacionado com a dinâmica cafeeira, sendo o conjunto de fábricas, palacetes, moradias de operários, infraestrutura e outros elementos materiais que compõem a cidade e que possibilitam “*situarmos a arquitetura de Juiz de Fora à época de sua industrialização em seu contexto histórico*”. Apoiada na metodologia proposta por Nestor Garcia Canclini, a autora discute a *produção simbólica* da cidade através das suas relações com o patrimônio material.

As identidades têm um vínculo estreito com a questão temporal e espacial. Para a construção da identidade é fundamental relacionar os espaços: reconhecer a existência de territórios de pertencimentos: sujeito é de tal bairro, de tal estado, de tal país, de tal continente, do mundo ocidental – aí está a noção identitária mais valorativa que concreta –, ou até mesmo, pertence ao planeta terra. Dependendo da relação que se queira estabelecer. Neste ponto já entra o problema temporal, por exemplo, a afirmação da identidade nacional. Assim como a valorização da latino-americanidade tem uma estreita relação com a conjuntura e as circunstâncias políticas e ideológicas historicamente determinadas, o que significa dizer, temporalmente localizadas.<sup>65</sup>

O referido desenvolvimento industrial ocorrido em Juiz de Fora é um tema recorrentemente visitado, especialmente por se tratar de parte de um elemento utilizado na invenção de uma tradição que, em muitos casos, age a favor da cidade. Aliás, a apropriação de elementos econômicos como parte de um discurso é um fato relativamente comum entre muitas cidades brasileira que sofreram algum tipo de processo de modernização<sup>66</sup>. Localmente, esse discurso obteve tal aceitação que se desdobrou na criação dos mitos da “Manchester Mineira”, “Barcelona Mineira”, “Princesa de Minas”, entre outras referências que definem a pujança de Juiz de Fora, num determinado período histórico que, invariavelmente, perpassa pela escrita da história regional e se desdobra num discurso político.

Entretanto, foram realizadas algumas críticas quanto à efetividade desse processo de industrialização, amparadas em fontes de natureza oficial, entre elas se destaca o Relatório de 1917 – *Indústrias fabris do Estado de Minas Gerais*. Alguns autores tentam reduzir essa discussão a um mero problema conceitual, no qual teoricamente uma classificação mais precisa das unidades de

---

<sup>63</sup> NAVA, Pedro. *O baú de ossos*. Op. Cit. p. 292.

<sup>64</sup> VALE, Vanda Arantes. *Manchester Mineira*. In: *III Encontro de Associação de Estudos Brazilianistas*. Inglaterra: Cambridge, 1996. pp. 2-3.

<sup>65</sup> WASSERNAN, Cláudia. Problema teórico que envolve a questão da identidade coletiva e a formação de novas identidades. In: *Ciências Humanas e Sociais*. Londrina, v. 23, (set), 2002. p. 96.

<sup>66</sup> Ver em: DOIN, José Evaldo de Mello; NETO, Humberto Perinelli; PAZIANI, Rodrigo Ribeiro; PACANO, Fábio Augusto. A Belle Époque caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no Mundo do Café (1852/1930). In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, n° 53. 2007. FONTANARI, Rodrigo. *O problema do financiamento: uma análise história sobre o crédito no complexo paulista: Casa Branca (1874-1914)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

produção (tidas como pequenas) alteraria significativamente a percepção desse fenômeno industrial<sup>67</sup>. Paradoxalmente, esse ponto de vista ignora a utilização da eletricidade como principal força motriz, além do fato de algumas dessas “pequenas” empresas terem emitido ações e debêntures como forma de capitalização<sup>68</sup>.

A importância do pátio industrial, localizado em Juiz de Fora, foi observada por Gorender<sup>69</sup> que, em *A burguesia brasileira*, ao discutir a formação do empresariado no Brasil, estende suas observações a outros núcleos urbano-industriais, relacionando o fenômeno industrial ao processo de substituição de importação e mesmo à capacidade de acumulação endógena.

O fenômeno não restringiu a São Paulo, nem a grandes importadores. Domingos Giroletti cita uma ocorrência em Juiz de Fora, centro industrial de Minas Gerais que reproduziu, aliás, em miniatura, o processo paulista de acumulação originária do capital pela cafeicultura escravista. O imigrante Antônio Meurer, estabelecido inicialmente com uma loja de fazendas e artigos de armarinho, pôde notar a grande procura de meias estrangeiras. Resolvendo fabricar o produto no Brasil, comprou máquina alemã e, em sua própria residência, montou pequena oficina onde trabalhavam seus familiares, no final do século passado. Em 1914, era dono de uma fábrica com 300 operários. (...) Nem se deve supor que somente do comércio de importação derivaram industriais. Também o comércio constituiu fontes de lucros que permitiu a transição para a indústria. Bernardo Mascarenhas foi tropeiro e, nesta atividade, juntou o capital que lhe permitiu montar, em 1872, uma fábrica têxtil próximo à Juiz de Fora, seguida de outros empreendimentos industriais.<sup>70</sup>

O centro industrial que se formou na cidade se organizou financeiramente com os capitais vindos dos setores agrários, onde destacamos o café como produto principal. Aliás, esse assunto será desenvolvido com mais profundidade no próximo capítulo. É óbvio que outros componentes também podem ser elencados como facilitadores do progresso industrial de Juiz de Fora. Entre eles podemos destacar: sua localização privilegiada entre os principais centros urbanos do sudeste brasileiro: Rio de Janeiro, São Paulo e Ouro Preto; além disso, desde 1889 a cidade abrigava a sede do Banco de Crédito Real de Minas Gerais e Companhia Mineira de Eletricidade, empresa responsável pelo fornecimento de energia elétrica usada para iluminação pública e força motriz de inúmeras indústrias da cidade. Nesse sentido, Tosi é outro autor que reconhece em suas fontes alguns destes elementos que colocaram a industrialização de Juiz de Fora num lugar de destaque.

As 108 indústrias de “preparo de couros” listadas no “Mappa geral das indústrias do Brasil”, em 1907, estavam assim distribuídas pelos Estados da Federação: Minas Gerais

---

<sup>67</sup> CARRARA, Ângelo Alves. Estruturas agrárias e capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na Zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX). In: *Núcleo de História Econômica e Demográfica: Série Estudos – 2*. Mariana: UFOP, 1999. p. 64.

<sup>68</sup> PIRES, Anderson. *Café, finanças e Indústria. Op. Cit.* pp. 266-284.

<sup>69</sup> GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

<sup>70</sup> *Idem.* pp. 43-44.

com 28; Rio Grande do Sul com 22; Paraná, São Paulo e Santa Catarina com 12 indústrias cada; Goiás e Rio de Janeiro com 5 cada um; Alagoas, Paraíba e Sergipe com 3 cada; Pernambuco com 2 e Guanabara com 1.

Essa qualificação não é suficiente para se ter a exata dimensão da atividade nos Estudos. Em Minas Gerais, dos 28 estabelecimentos destinados ao “preparo de couro”, 19 utilizavam procedimentos manuais; dos estabelecimentos restantes, apenas 2 merecem destaque: Detleff Krumbeck, em Juiz de Fora, e José Sans, em Esperança; somente neles a capacidade instalada, o valor da produção, os capitais investidos e o número de empregados eram significativos.<sup>71</sup>

Singer chama a atenção para a grande dispersão industrial pelo território de Minas Gerais, fato que leva o autor a afirmar que a economia mineira estava repartida em numerosos conjuntos locais, estanques uns em relações aos outros. Além disso, aponta que uma das consequências desse crescimento dispersivo da indústria é o tamanho reduzido das fábricas<sup>72</sup>. Segundo os dados fornecidos por Rodolfo, foi possível apurar que, mesmo com as condições ressaltadas, Juiz de Fora, em 1908, concentrava 25,92 % dos estabelecimentos têxteis do Estado, o que representava ter 24,99 % dos 1864 operários empregados no setor e 12,12 % dos teares usados em função da produção de Minas Gerais<sup>73</sup>.

Por tudo isso, vemos que a historiografia sobre Juiz Fora possui um amplo debate sobre as circunstâncias que viabilizaram seu desenvolvimento urbano-industrial, o que nos permite adentrar em algumas questões que conduziram o processo de consolidação da sociedade de mercado, característica identificada com a formalização das relações capitalistas em âmbito local/regional. Por tudo isso, estamos diante uma tentativa de fazer uma História que signifique uma verdadeira relação de fatos de natureza econômica, geográfica, biológica, social e histórica. Partimos da ideia de repensar a ciência histórica, não apenas como um mero exercício de associação de métodos de observação do passado, mas com uma elaborada reflexão sobre a verdade existente nos fenômenos sociais, cuja responsabilidade se desdobra no estabelecimento de um novo consenso social.

### **Referências Bibliográficas:**

ALMICO, Rita de Cássia da Silva. *Dívida e obrigações: as relações de crédito em Minas Gerais, séculos XIX/XX*. 2009. 297 f. Tese (Doutorado em História) – UFF – Niterói, 2009.

ANDRADE, Rômulo Garcia. Escravidão e cafeicultura em Minas Gerais: o caso da Zona da Mata. *In: Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH / Marco Zero, v. 11, n° 22, (março/agosto), 1991. pp. 93-131.

ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela. *Classe operária em Juiz de Fora: uma história de luta (1912/1924)*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1987.

---

<sup>71</sup> TOSI, Pedro Geraldo. *Capitais do interior: Franca e a História da Indústria coureiro-calçadista (1860/1945)*. 1998. 375 f. Tese (Doutorado em Economia) – UNICAMP – Campinas, 1998. p. 119.

<sup>72</sup> SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Nacional, 1977. pp. 222-234.

<sup>73</sup> JACOB, Rodolfo. *Minas no XXº século*. Rio de Janeiro: Gomes, Irmão & Cia., 1911.

- BARROSO, Elaine Aparecida Laier. *Modernização e Higienismo*. 2008. 224 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFJF – Juiz de Fora, 2008.
- CANO, Wilson. Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras (1850/1930). In: *Estudos Econômicos*. São Paulo. v. 15, n° 2, (maio/ago), 1985. pp. 291-306.
- CARRARA, Ângelo Alves. Estruturas agrárias e capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX). In: *Núcleo de História Econômica e Demográfica: Série Estudos – 2*. Mariana: UFOP, 1999.
- CROCE, Marcus Antônio. *O encilhamento e a economia de Juiz de Fora: o balanço de uma conjuntura (1888/1898)*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2008.
- DELGADO, Ignácio Godinho. Resenha – A “Europa dos Pobres” a belle époque mineira. In: *Revista LOCUS*. Juiz de Fora: v. 1, n° 1, 1995.
- DOIN, José Evaldo de Mello; NETO, Humberto Perinelli; PAZIANI, Rodrigo Ribeiro; PACANO, Fábio Augusto. A Belle Époque caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no Mundo do Café (1852/1930). In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, n° 53. 2007.
- FONTANARI, Rodrigo. *O problema do financiamento: uma análise história sobre o crédito no complexo paulista: Casa Branca (1874-1914)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.
- GIROLETTI, Domingos. *Industrialização de Juiz de Fora (1850/1930)*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1988.
- GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- JACOB, Rodolpho. *Minas no XX° século*. Rio de Janeiro: Gomes, Irmão & Cia., 1911.
- LAMAS, Fernando Gaudereto; SARAIVA, Luiz Fernando. Historiografia tradicional liberal da Zona da Mata: uma análise historiográfica. In: *Revista HEERA*. Juiz de Fora, v. 4, n° 6, 2009.
- LANA, Vanessa. *Uma associação científica no “interior das Gerais”*: a Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora – SMCJF – (1889-1908). 2006. 110 f. Dissertação (Mestrado em História) – FIOCRUZ – Rio de Janeiro, 2006.
- LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A transformação do trabalho livre: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata (1870/1920)*. 1988. 276 f. Dissertação (Mestrado em História) – UNICAMP, Campinas, 1988.
- LIMA, João Heraldo. *Café e Indústria em Minas Gerais (1870/1920)*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- LINHARES, Maria Yedda. *Apresentação*. In: *Revista LOCUS*. Juiz de Fora: v. 1, n° 1, 1995.
- MAMBRO, Galba Ribeiro. Arquivo Histórico da UFJF. In: *Revista LOCUS*. Juiz de Fora: EDUFJF, v. 2, n° 1, 1996. pp. 43-50.
- MELLO, João Manuel Cardoso. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MERCADANTE, Paulo. *Os Sertões do Leste*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- MIRANDA, Sônia Regina. *Cidade, capital e poder: políticas públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira*. 1990. 321 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFF – Niterói, 1990.

- NAVA, Pedro. *O baú de ossos*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1976.
- PAULA, João Antônio. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- PAULA, Maria Carlota de Souza. *As vicissitudes da industrialização periférica (1930/1970)*. 1976. 193 f. Dissertação (Mestrando em História) – UFMG, Belo Horizonte, 1976.
- PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso. ... *E do Caminho Novo das Minas dos Matos Gerais emerge a “Manchester Mineira” que se transformou num “baú de ossos”*: História de Juiz de Fora: da vanguarda de Minas Gerais à “industrialização periférica”. 2006. 426 f. Tese (Doutorado em Economia) – UNICAMP – Campinas, 2006.
- PEDROSA, Manoel Xavier de Vasconcellos. Zona Silenciosa da Historiografia Mineira - Zona da Mata. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, v. 9. 1962. pp. 189-230.
- PIRES, Anderson. *Café, Finanças e Indústria: Juiz de Fora (1889/1930)*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora (1870/1930)*. 1993. 140 f. Dissertação (Mestrando em História) – UFF, Niterói, 1993.
- PIRES, Anderson; DUARTE, Felipe Marinho. Economia agrária e fronteira do café em Minas Gerais. In: *Anais do III Congresso Internacional UFES/Université de Paris-Est/Universidade do Ninho: territórios, poderes, identidades (Territoires, pouvoirs, identités)*. Vitória: GM Editora, 2011. pp. 7-8.
- SANTIAGO, Bárbara da Silva. *Paisagem e fragmentação florestal no município de Juiz de Fora – MG*. 2008. 101 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – UFF, Niterói, 2008.
- SARAIVA, Luiz Fernando. *Um correr de casas, antiga senzala (1870/1900)*. 2001. 203 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói, 2001.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Nacional, 1977.
- TOSI, Pedro Geraldo. *Capitais do interior: Franca e a História da Indústria coureiro-calçadista (1860/1945)*. 1998. 375 f. Tese (Doutorado em Economia) – UNICAMP – Campinas, 1998.
- TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.
- VALE, Vanda Arantes. Manchester Mineira. In: *III Encontro de Associação de Estudos Brazilianistas*. Inglaterra: Cambridge, 1996.
- VALE, Vanda Arantes. Organização da medicina científica em Juiz de Fora – Baú de Ossos. In: *Anais do XIII Encontro Regional de História – ANPUH-MG*. Juiz de Fora: Clio Edições, 2002.
- VALVERDE, Orlando. O Estudo Regional da Zona da Mata, de Minas Gerais. In: *Revista Brasileira de Geografia*. v. 20, n° 1. 1958.
- WASSERNAN, Cláudia. Problema teórico que envolve a questão da identidade coletiva e a formação de novas identidades. In: *Ciências Humanas e Sociais*. Londrina, v. 23, (set), 2002.
- WIRTH, John. *O fiel da balança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.